SOUSA GALITO, Maria (2011). Geoeconomia Lusófona. *CI-CPRI*, AI, Nº11, pp. 1-39.

AI: Artigo de Investigação

Geoeconomia Lusófona

(artigo realizado em Agosto 2010)

RESUMO (*ABSTRACT*)

A *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP) é um projecto em permanente evolução desde a sua criação em 1996. Se a princípio a cooperação económica não era talvez considerada uma prioridade, entretanto, houve uma viragem estratégica, que conduziu à recente institucionalização da *Confederação Empresarial da CPLP*, com vista à promoção e ao apoio das relações comerciais e de investimento entre países lusófonos, as quais são analisadas neste artigo.

Não é possível descurar que nos mercados da CPLP há descontinuidade geográfica, o que eleva os custos de produção. Os Estados-membros também possuem prioridades diferentes e estão inseridos em vários tipos de integração regional. Portugal aderiu à União Europeia e pertence a um pólo estruturante da economia global: uma União Económica e Monetária. O Brasil é Estado-membro da *Mercosul*. Moçambique aderiu à *Commonwealth*. Angola e Moçambique participam na SADC. Cabo Verde e Guiné-Bissau aderiram à CEDEAO. Angola e São Tomé e Príncipe são Estados-membros da CEEAC.

Ainda assim, admite-se que os distintos processos de integração regional são complementares e que há mecanismos privilegiados de diálogo político resultantes de parcerias estratégicas que conferem um impulso real às relações económicas entre lusófonos. Há interesses comuns passíveis de impulsionar um projecto mais amplo no longo prazo. São essas vantagens e desvantagens ao nível do comércio e do investimento que são avaliadas neste artigo.

ÍNDICE GERAL

	PP.
Introdução	3
I. Quadro Geral de Referência	4
II.1. A CPLP – Projecto Institucional	4
II.2. A CPLP e a Sociedade Civil	10
II.3. Ambiente de Negócios	12
II 3.1 Índice de Desenvolvimento Humano	12
II.3.2 Índice de Percepções de Corrupção	14
II.3.3 Índice de Facilidade de Fazer Negócios	15
II. Análise Macroeconómica	18
II.1. Produto Interno Bruto	18
II.2. Trocas Comerciais	20
II.3. Investimento Directo Estrangeiro (IDE)	23
III. Perspectivas Futuras	29
III.1. CPLP	29
III.2. Relações Económicas	32
Conclusão	35
Bibliografia	38

ÍNDICE DE QUADROS

- Quadro 1: Países da CPLP por Hierarquia das suas Prioridades 5
- Quadro 2: Análise SWOT (Fraquezas da CPLP) 11
- Quadro 3: IDH Ranking 13
- Quadro 4: Índice de Percepções de Corrupção (2009) 15
- Quadro 5: Índice de Facilidade de Fazer Negócios 16
- Quadro 6: Reformas 2008/2009 – Facilidade/Dificuldade em Fazer Negócio 17
- Quadro 7: PIB Real (variação anual em %) 18
- Quadro 8: Exportações Portuguesas de Bens e Serviços (1999/2009) 21
- Quadro 9: Importações Portuguesas de Bens e Serviços (1999/2009) 22
- Quadro 10: Investimento Directo do Exterior em Portugal – Bruto 24
- Quadro 11: Investimento Directo do Exterior em Portugal – Ranking 24
- Quadro 12: Investimento Directo do Exterior em Portugal – Líquido 25
- Quadro 13: Investimento Directo de Portugal no Exterior – Bruto 26
- Quadro 14: Investimento Directo de Portugal no Exterior – Ranking 27
- Quadro 15: Investimento Directo de Portugal no Exterior – Líquido 27
- Quadro 16: Cooperação Económica – Propostas 30
- Quadro 17: Exportações e Importações (€) de Bens – Junho 2010 32
- Quadro 18: IDE e IDPE – Janeiro/Junho 2010 33

INTRODUÇÃO

O objectivo do artigo é investigar a evolução das relações económicas entre países de língua oficial portuguesa e o ambiente de negócios de cada um destes mercados.

Analisa-se o projecto institucional da CPLP, a hierarquia das prioridades de cada país, as diferentes integrações regionais e os benefícios e obstáculos que tais dissemelhanças acarretam sobre o projecto conjunto.

Avalia-se a importância da criação da Confederação Empresarial da CPLP no âmbito de uma maior cooperação económica entre países lusófonos.

Estuda-se o papel da sociedade civil na dinamização do projecto da CPLP, conferindo destaque às necessidades que patenteiam. Escrutinam-se mecanismos de articulação com o sector empresarial e os cidadãos em geral que possam adjuvar na criação de condições propícias ao aumento da competitividade e intensificar as trocas comerciais e de investimento entre mercados lusófonos.

Para uma interpretação fundamentada do ambiente de negócios no espaço da Lusofonia, recorre-se à análise de indicadores, como o *Índice de Desenvolvimento Humano*, o *Índice de Percepções de Corrupção* o *Índice de Facilidade de Fazer Negócios*, com o propósito de escrutinar a imagem e a credibilidade internacional dos mercados de língua oficial portuguesa.

Examina-se a evolução e intensidade dos fluxos de comércio e de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) no espaço económico da Lusofonia, constituído por mercados com índices diferenciados de crescimento/desenvolvimento económico, localizados em espaços geográficos descontínuos, distantes entre si, mas relacionados por factores histórico-culturais e por interesses estratégicos comuns. Leva-se em consideração que a geografia afecta as interacções entre agentes económicos, que a distância entre países condiciona os custos de transacção, pelo que a produção tende a localizar-se onde há oferta de factores, mas também perto dos mercados e dos fornecedores de produtos intermédios.

A componente teórica baseia-se em fundamentação estatística, recorrendo-se a técnicas de análise de dados quantitativos no quadro da sua aplicação à análise económica. No artigo, a postura crítica e reflexiva em relação à observação dos referidos dados.

O artigo recorre às seguintes fontes: Banco de Portugal, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e da Corporação Financeira Internacional, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), e Instituto Nacional de Estatística (INE).

Palavras-chave: CPLP, Lusofonia, Comércio, IDE.

I. QUADRO GERAL DE REFERÊNCIA

II.1. A CPLP – Projecto Institucional

O realismo político foi durante décadas o paradigma das relações internacionais, baseado numa dinâmica de darwinismo internacional, no cepticismo e no pessimismo antropológico que reforçavam um conceito agressivo de poder: a *lei do mais forte*. Num contexto de rivalidade continuada, cada Estado visava a maximização da sua própria segurança, bem-estar e sobrevivência.

Mas a evolução civilizacional, tem despertado mentalidades a favor das vantagens de um segundo grande paradigma das relações internacionais: a teoria transnacional, baseada na interdependência política e económica mundial. Conceptualiza-se que os problemas são cada vez mais globais, ultrapassam as fronteiras políticas e podem tentar ser resolvidos em palcos multilaterais através do diálogo entre Estados.

Os Estados têm-se apercebido gradualmente dos benefícios da cooperação estratégica, com resultados sobretudo perceptíveis no médio e longo prazo. Os mercados funcionam muito melhor em paz do que em palcos de conflito (não obstante a existência da chamada *economia da guerra*). Esta tendência tem vindo a contrariar o pressuposto de que o ser humano é, por natureza, um ser conflituoso, incapaz de conviver numa sociedade de princípios de convivência pacífica e universal.

A CPLP constitui um exemplo de progresso com base na perspectiva transnacional. Depois de um longo processo de descolonização, que incluiu conflitos militares e desconfianças de parte a parte, a diplomacia procurou colmatar as dificuldades. A Comunidade nasceu a 17 de Julho de 1996 pela vontade expressa de sete dos actuais Estados-membros. Timor-Leste aderiu após a sua independência da Indonésia, em 2002.

O texto constitutivo da CPLP baseia-se nos princípios da igualdade soberana dos Estados membros; não ingerência nos assuntos internos de cada estado; respeito pela sua identidade nacional; reciprocidade de tratamento; primado da paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos direitos humanos e da justiça social; respeito pela sua integridade territorial; na promoção do desenvolvimento; e promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

Os Estados-membros almejam, em conjunto, o reforço dos laços humanos, da solidariedade, da fraternidade e da circulação dos seus cidadãos. Prosseguem um espírito de cooperação que respeite a integridade territorial. Definem regras de convivência e políticas de concertação e de cooperação, capazes de salvaguardar interesses comuns, aproveitando uma oportunidade histórica assente na vontade de povos soberanos.

A Comunidade assenta em três pilares: I) a concertação político-diplomática; II) a cooperação multiforme entre os Estados-Membros; III) a promoção e difusão da língua portuguesa.

O artigo 3º dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa dispõe que a CPLP fomenta as suas actividades na concertação político-diplomática entre os seus Membros, na materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa; e na cooperação, inclusive no domínio económico[1].

Se a CPLP centra a sua actividade em três pilares, cada Estado-membro possui interesses e prioridades diferentes em consonância com as suas necessidades e diferentes níveis de desenvolvimento.

Como base no estudo de Ennes Ferreira e Almas (1997)[2], é possível hierarquizar as prioridades de cada país em função dos benefícios que estima obter da sua participação na CPLP:

Quadro 1: Países da CPLP por Hierarquia das suas Prioridades

Países/ Hierarquia de Prioridades	Concertação Político-Diplomática	Cooperação Técnico-Cultural	Situação do seu Desenvolvimento Económico
Angola	Terceira	Primeira	Segunda
Brasil	Segunda	Primeira	Terceira
Cabo Verde	Terceira	Segunda	Primeira
Guiné-Bissau	Terceira	Segunda	Primeira
Moçambique	Terceira	Segunda	Primeira
Portugal	Primeira	Segunda	Terceira
S. Tomé e Príncipe	Terceira	Segunda	Primeira

Fonte : ENNES FERREIRA e ALMAS (1997)

Tendo em linha de conta a informação constante no quadro 1, confirma-se que os primados divergem de Estado para Estado. No que concerne especificamente ao II pilar da CPLP, os Estados colocam as questões relacionadas com a cooperação técnico-cultural no topo das suas preocupações (Angola e Brasil) ou em segundo lugar (Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe). Portanto, é um tema relevante para o conjunto dos Estados-membros.

A cooperação internacional é uma vantagem comparativa de mercado. As alianças entre Estados ajudam a *sobreviver* num sistema onde vigora um xadrez global altamente competitivo. A cooperação internacional para o desenvolvimento almeja-se consistente com um maior desenvolvimento (mais do que um crescimento económico) sustentável e com os *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)* – sendo que estes são bússolas para os agentes da cooperação internacional para o desenvolvimento.

[1] São objectivos gerais da CPLP: a) a concertação político-diplomática entre os seus Membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos *fora* internacionais; b) a cooperação, particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico; c) a materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa.» [COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2006). Artº 3, *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005 e Bissau/2006*. CPLP Estatutos, Organização, p. 3. URL: <www.cplp.org>]

[2] ENNES FERREIRA, Manuel e ALMAS, Rui (1997). Les Contours Économiques de la CPLP. *Lusotopie*, Éditions L'Harmattan, p. 19.

Os ODM consistem em erradicar a pobreza extrema e a fome; alcançar a educação primária universal; promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/ SIDA, a malária e outras doenças; assegurar a sustentabilidade ambiental; e desenvolver uma parceria global para o Desenvolvimento.

Nos projectos de cooperação técnica, institucional e financeira, o doador tem um grande controlo sobre a definição das acções de natureza social, institucional e empresarial. Os projectos sociais visam combater situações de extrema pobreza e elevar o nível mínimo de coesão social. Os projectos institucionais destinam-se a apoiar políticas públicas de reforço do quadro institucional do Estado, a implementar políticas macroeconómicas, fomentar a criação de condições de estabilidade e de desenvolvimento sustentado, a permitir transferência tecnológica e construção de infra-estruturas, e formação de capital humano. Os projectos empresariais visam alcançar e optimizar o lucro e, em princípio, são portadores de inovação e de desenvolvimento tecnológico.

Em relação ao III Pilar da CPLP, a geopolítica da língua portuguesa é uma questão de traçado antigo e de objectivos delineados previamente. Conseguiu-se a elaboração e ratificação do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (neste momento, apenas Angola e Moçambique ainda não completaram o processo), como forma de consolidar a língua portuguesa no seio dos seus oito Estados-membros (levando em consideração que, na maior parte dos países que a constituem, há dezenas de idiomas maternos) e de projectá-la internacionalmente com uma pujança reforçada, definindo objectivos concretos a atingir (tais como elevar o Português a língua oficial da ONU).

Mas no âmbito da geopolítica da língua portuguesa nada está garantido. A CPLP diligencia formas de ultrapassar desvantagens decorrentes da descontinuidade de um espaço estratégico apimentado pela presença dos seus Estados-membros em palcos linguísticos alternativos. Moçambique aderiu à *Commonwealth* e é membro observador da *Organização Internacional da Francofonia* (OIF). Ao passo que Cabo Verde, a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe são Estados-membros da OIF.

Os países pertencem a continentes diferentes, são influenciados por dinâmicas regionais que lhes são, pelo menos, geograficamente mais próximas. Um cenário que pode criar-lhe obstáculos em caso de conflito de interesses. Portugal é Estado-membro da *União Europeia* e o Brasil afirma-se no Mercado Comum do Sul *(*Mercosul). Angola e Moçambique participam na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Cabo Verde e Guiné-Bissau aderiram à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Angola e São Tomé e Príncipe são Estados-membros da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). Timor-Leste é um membro observador da Associação de Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN).

Mas também participam conjuntamente em organizações internacionais como as Nações Unidas. A própria CPLP, enquanto organização multilateral com personalidade jurídica, estabelece acordos, por exemplo, com a Organização das nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO, das Nações Unidas), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem (ACNUDH), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura **(**UNESCO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

A CPLP também coopera com a União Latina, a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), e a Organização Internacional para as Migrações (OIM). Sendo assim, a CPLP está a conquistar gradualmente o seu espaço de actuação no xadrez internacional.

Esta situação é uma vantagem ou uma desvantagem? A adesão a blocos regionais compreende-se enquanto resposta às exigências da economia global; diversifica a carteira de investimentos a países que não se deixam limitar pela geografia e que procuram espaços económicos diferentes para vencer as dificuldades que atravessam ou, para conquistar um lugar crescente na sua área de influência.

Por outro lado, a presença da CPLP e dos seus Estados-membros em diferentes palcos internacionais enriquece a experiência da CPLP. O que abre um rol de possibilidades para o todo, em função das partes. Ou seja, mesmo quando só alguns pertencem ao bloco regional em consideração, os Oito podem beneficiar indirectamente da rede de contactos, de relações de proximidade e comerciais, importantes em futuros empreendimentos, mas mais difíceis de equacionar individualmente. Neste caso, a descontinuidade geográfica do espaço lusófono até pode ser uma vantagem geopolítica.

Entretanto, a CPLP apreende ao observar e partilhar sinergias fundamentais com outras organizações internacionais. Ao relacionar-se, ganha visibilidade internacional, para um maior poder de intervenção em domínios que extravasam o espaço lusófono. Assim se protegem especificidades regionais e aumenta a área de influência de uma Comunidade ainda jovem.

Neste percurso, a própria questão inverte-se. A CPLP torna-se atractiva para o exterior, com organizações internacionais a observá-la de perto. Diferentes países terceiros mostram interesse num espaço económico de quase 250 milhões de potenciais consumidores e como uma importante reserva de recursos naturais.

Assim se entende que a Guiné Equatorial insista em candidatar-se a Estado-membro de pleno direito. A Maurícia e o Senegal também possuem estatuto de observadores. A Austrália, Andorra, Marrocos, Filipinas, Luxemburgo, Malaca, Croácia, Roménia, Ucrânia, Indonésia e a própria região da Galiza (Espanha) já manifestaram interesse pelo estatuto de observador associado. As regiões autónomas de Goa (Índia) e de Macau (China), por enquanto, actuam como plataformas de negócios ou culturais.

Como a CPLP está presente em múltiplos espaços, contribui para o aprofundamento do diálogo Sul-Sul e no estreitar das relações Norte-Sul – que são âmbitos diferentes em natureza e objectivos. A maioria dos Estados-membros da CPLP situa-se no hemisfério Sul, apenas Portugal pertence ao hemisfério Norte.

Actualmente a situação é favorável[3]. Só pode criar entraves se a CPLP almejar um nível de integração (política, económica,…) amplamente superior à existente. Pelo menos no

[3] «Para todos os que constituímos a CPLP, não é só um passado partilhado de vivência comum que nos liga. É também a valorização das respectivas potencialidades noutros *fora* e noutros contextos de política externa. É a criação e integração em novos espaços de concertação política, de oportunidade de projecção cultural, de abertura de mercados e de acesso a matérias-primas, conferindo-nos acrescentados graus de liberdade nas organizações em que preferencialmente nos integramos.» [GARCIA LEANDRO, José E.

caso de Portugal (Estado-membro da União Europeia) os obstáculos são passíveis de inviabilizar um tal projecto

Entretanto, a CPLP acumula quase quinze anos de experiência no âmbito da concertação político-diplomática. Regista convergência de interesses através da expansão de uma rede de acordos e da coordenação política, consubstanciada em Cimeiras de Chefe de Estado e de Governo, e em reuniões ministeriais regulares.

O espaço lusófono inclui localizações-chave a vários níveis. O espaço territorial e marítimo total potencia o controlo de grande parte das rotas do Atlântico. Inclui abundantes recursos naturais (petróleo, água potável, floresta, etc.).

A CPLP assume papel na cooperação técnico-militar, o papel proeminente da CPLP enquanto promotora da paz e da estabilidade no seu espaço de intervenção. Mas na Declaração Constitutiva da CPLP, de 1996, não consta uma alusão explícita à cooperação no domínio da Segurança e da Defesa. O seu texto escrito prefere destacar os ditames da paz e da cooperação, da não ingerência e do respeito pela integridade territorial; da concertação político-diplomática e, indirectamente, nos domínios em que a máquina militar pode participar, como por exemplo, o intercâmbio no ensino, na cultura e no desporto, e a preocupação com a investigação científica e tecnológica.

Mas a falta de um acentuado substrato económico e a descontinuidade geográfica, acumulam dificuldades que se traduzem no defraudar das expectativas iniciais[4].

A recente criação da *Confederação Empresarial da CPLP*, que aprimora projecto intermédio que não resultara na plenitude, pode constituir passo decisivo numa mudança de paradigma, favorável a uma cooperação económica mais intensa.

Os empresários da CPLP decidiram por unanimidade e em reunião da Assembleia-Geral extraordinária do Conselho Empresarial da CPLP, realizada dia 13 de Dezembro de 2009, em Bissau, transformar o até então *Conselho Empresarial da CPLP* numa Confederação Empresarial.

A tomada de posse dos órgãos sociais da Confederação deu-se na Cimeira de Luanda em Julho de 2010. Os corpos sociais do Conselho Empresarial transitaram automaticamente para as estruturas da nova estrutura, e foi discutido um fundo financeiro (cujo montante ainda não está definido) para facultar cobertura às actividades da Confederação.

O objectivo da nova estrutura é reforçar o diálogo e a cooperação empresarial entre os Estados-membros, com vista a torná-los mais profícuos do ponto de vista dos resultados efectivos. O que pode implicar condições legislativas mais favoráveis ao comércio, ao

---

(1998). A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *In* AAVV (1999), *Seminário: A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena Lda. e Instituto de Altos Estudos Militares, p. 16]

[4] «(...) a menos de um ano da sua criação, a CPLP está confrontada com um certo número de problemas. Uns simples e de ordem conjuntural (logística, meios financeiros e humanos), outros mais inquietantes: ainda não existe definição de projectos e programas capazes de estruturar uma acção coerente comum, nem no domínio económico, nem nos domínios técnico e cultural.» [ENNES FERREIRA, Manuel e ALMAS, Rui (1997), *op. cit*., p. 11]

investimento e à mobilidade dos agentes económicos. Mas também uma disponibilidade acrescida por parte do tecido empresarial em colocar nas suas agendas a necessidade de interagir no âmbito do quadro da CPLP.

A Confederação terá sede em Lisboa e ambiciona ser um *espaço de encontro*, uma *plataforma de negócios* para uma maior coordenação de agentes económicos individuais e colectivos. O objectivo é criar um espaço para definir estratégias comuns, organizar debates e conferências, e assumir a representação empresarial da CPLP nas organizações internacionais ligadas ao mundo dos negócios; para que as associações empresariais disponham de uma estrutura duradoira, estável e profissional, que coloque os empresários em contacto uns com os outros.

Uma maior cooperação comercial e financeira pode justificar-se em função da necessidade de promover um desenvolvimento equilibrado das estruturas de mercado e de produção, do crescimento sustentado dos seus Estados-membros e do desenvolvimento de interesses comuns, com a adopção conjunta de políticas macroeconómicas previamente definidas que possam elevar o nível de vida das populações da CPLP e reforçar relações económicas entre Estados-membros.

Um modelo de cooperação económica acrescida, pode incluir a adopção de práticas comuns para a concessão de vistos, ou medidas mais ambiciosas como a livre circulação de capitais com base na adopção de práticas comuns de investimento. Também é necessário negociar se os objectivos traduzíveis para papel devem permanecer abstractos, gerais ou concretizáveis, que dificultam avanços nesta matéria.

Exemplos de medidas concretas: 1) acordos de cooperação sectoriais – com prazos, apoios e metas definidas; 2) liberalização gradual das pautas aduaneiras; 3) mais cooperação interbancária – criação de fundos de apoio ao investimento; 4) reforço das instituições públicas; 5) aumento do número de bolsas de estudo para estudantes, para circulação interna no espaço da CPLP; 6) intercâmbio e transferência de conhecimentos e assistência técnica.

A questão ainda está em estudo, mas do ponto de vista formal as hipóteses são: 1) promover as trocas comerciais e os fluxos de investimento, mas sem avançar para uma estrutura económica definida; 2) criar uma zona de comércio livre, com livre circulação de bens e de serviços produzidos no espaço lusófono; 3) fundar uma união aduaneira, em que os bens e serviços originários de países terceiros ficariam sujeitos a uma tarifa única acordada entre os Estados-membros.

Qual a melhor solução? Qual a opção viável num futuro próximo? A CPLP está em permanente evolução. No fundo, alimenta-se a consensos e é um investimento a longo prazo, enriquecido pela experiência conjunta de oito Estados-membros, alguns dos quais com independências recentes. Os resultados conquistam-se gradualmente.

O embaixador Gaspar da Silva (1998) remete-nos para um projecto negociado em permanência pelos seus Estados membros, impulsionado tranquilamente, sem "oportunismo circunstancial" mas com "humanismo político" para evitar eloquências imponderadas e preferir questões da actualidade. Objectivos que, no seu entender, são

difíceis [5] mas passíveis de atingir. Assim, a CPLP passa a ser: «Uma espécie da instituição compensatória entre a heterodoxia das culturas e a ortodoxia das opiniões.» [6] Uma concepção capaz de atingir os objectivos almejados; de fomentar o estabelecimento de acordos, e de exemplificar a democracia de um poder repartido, e que permitiria: «(…) o reencontro entre um intermediário histórico e um caminho colectivo presente na interacção de objectivos comuns.»[7]

A união está na força. A CPLP é o produto da vontade política e o reflexo de uma relação serena e centenária entre os respectivos povos. A Comunidade representa uma aposta séria no multilateralismo e nas sinergias partilhadas, na concertação internacional, na projecção das actividades da CPLP no espaço lusófono e na divulgação das mesmas junto das organizações congéneres.

II.2. A CPLP e a Sociedade Civil

Nos *Estatutos da CPLP*, mais precisamente no art.º 7, Ponto 4, consagra-se a possibilidade de organizações da sociedade civil se tornarem observadoras consultivas.[8] Desde a Cimeira de 2006, em Bissau, o referido estatuto foi atribuído a dezenas de actores estratégicos (Associações, Fundações, Institutos, Universidades…), que coadjuvam no projecto comunitário.

Apela-se assim à sociedade civil, como força complementar à vontade política dos Governos dos Estados membros. Entretanto, a participação dos cidadãos e das suas associações nas questões relacionadas com a CPLP tem-se mostrado crescente, progressiva, dinâmica e autónoma, o que por sua vez consolida a própria instituição. A rede formada pela Sociedade Civil é já uma realidade mas ainda não está institucionalizada ou organizada de forma profícua, por exemplo, como forma de combater o deficit de informação. A questão, portanto, é como estimular a multiplicação e fortalecimento destes actores estratégicos com vínculo à instituição.

A realidade ainda não é a ideal. No espaço da Lusofonia as relações entre a sociedade civil e o Estado, e os seus Governos, ainda são limitadas. Registam-se dificuldades de comunicação e de trabalho conjunto. A CPLP e as Câmaras de Comércio e as associações empresariais em geral, nem sempre têm um relacionamento de proximidade. A comunicação em rede é um dos calcanhares de Aquiles da CPLP.

As gerações mais novas, nascidas no período pós Revolução do 25 de Abril de 1974 e descolonização (1974/75) – sobretudo nos últimos vinte anos – sentem-se distantes do

[5] «Importante ainda, dinamizar a CPLP com serenidade, fora de todo o oportunismo circunstancial. Será obra difícil e grave. Não pode, de modo algum, ser caixa de ressonância de peripécias e de protagonismos unilaterais.» [GASPAR DA SILVA, Luís (1998). As Visões, os Valores e os Interesses. As Perspectivas Nacionais. *In* AAVV (1999), *Seminário: A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena Lda. e Instituto de Altos Estudos Militares, p. 70]

[6] *Id. Ibid.*

[7] *Id. Ibid.*

[8] «Poderá ser atribuída a categoria de Observador Consultivo às organizações da sociedade civil interessadas nos objectivos prosseguidos pela CPLP, designadamente através do respectivo envolvimento em iniciativas relacionadas com acções específicas no âmbito da Organização.» [COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2006), *op. cit*., p. 3].

projecto lusófono, seja porque desconhecem as actividades da CPLP, seja por descrença em relação às suas reais capacidades no âmbito social e político-económico.

Mas têm sido tomadas iniciativas institucionais com o objectivo de contrariar esse deficit de comunicação. A própria criação da Confederação Empresarial da CPLP representa um avanço na esfera da cooperação económica e da comunicação entre a CPLP e os empresários, inclusive os da nova geração.

A CPLP tenta, portanto, criar uma efectiva cooperação económico-financeira entre os seus Estados-membros, entre empresários e suas associações, entre a sociedade civil em geral. Dispõe-se conferir voz à sociedade civil e a actores com experiência na relação com a CPLP.

Por exemplo, o Dr. João Navega, Presidente da Câmara de Comércio Portugal Moçambique (2007) identifica como "*Forças*"[9] da CPLP "os elementos de partilha", os "interesses convergentes" e o trabalho "em rede". O autor considera que as mais-valias da CPLP são três: a pertença dos Estados-membros a blocos regionais diferentes, os múltiplos contactos que daí advêm e as possibilidades de financiamento que a CPLP pode obter para o espaço lusófono em sua consequência.

Para Navega (2007), a CPLP pode ajudar a alimentar a comunicação Norte-Sul ("diálogo entre um hemisfério Norte Rico e um Hemisfério Sul menos rico e em vias de desenvolvimento")[10]. O facto de a CPLP possuir Estatuto de Observador nalgumas organizações internacionais e ainda poder vir a multiplicar esses contactos. A CPLP pode ainda contribuir para a resolução de questões prioritárias para os Estados-membros (ambiente, fluxos migratórios, tráfico de armas, HIV/SIDA, …).

Em contrapartida, listam-se as principais fraquezas da CPLP, com base no parecer do Presidente da Câmara de Comércio Portugal Moçambique (2007) [11]:

Quadro 2: Análise SWOT (Fraquezas da CPLP)

Assimetrias	Fraquezas
Assimetrias Políticas	**Estádios diferentes do desenvolvimento do Estado e das Instituições; Fragilidade Institucional de alguns países; Necessidade de obtenção de apoios financeiros para o funcionamento das instituições básicas do Estado.**
Assimetrias Sociais	**Número de habitantes diverge bastante entre países.**
Assimetrias Económicas	**PIB *per capita* muito diferente entre Estados-membros.**
Orçamento da CPLP	**Reduzido.**
Elites	**Falta de apropriação do projecto da CPLP.**
Dificuldade na obtenção de Consensos	**Agendas dos Estados nem sempre coincidem. Objectivos da CPLP nem sempre coincidem com outros interesses regionais e internacionais dos Estados-membros.**

Fonte: Baseado em Navega (2007)

[9] Cf. NAVEGA, João (2007). Análise SWOT – Reunião com a CPLP. *Arquivos da CPLP*, 24 de Outubro, Lisboa, p. 2.
[10] *Id. Ibid*.
[11] *Id. Ibid*, p.3

Para Navega (2007), a necessidade de financiamento e a vulnerabilidade institucional de alguns Estados-membros da CPLP, os níveis heterogéneos de desenvolvimento económico e a dificuldade em obter consensos, são vulnerabilidades assinaláveis.

Para Navega (2007), as elevadas expectativas, as assimetrias político-sociais e económicas, a falta de sentido de pertença à Comunidade por parte dos cidadãos e o desinteresse dos meios de comunicação pelas actividades da CPLP, são contrariedades dificilmente colmatáveis enquanto o orçamento comunitário for circunscrito.

A harmonização das agendas dos Estados-membros constituídas por prioridades diferentes, também advém do facto dos países pertencerem a blocos regionais diferentes. Esta realidade, no entender de Navega (2007), aliada aos efeitos da globalização e ao progressivo afastamento entre Estados e respectivos povos no que concerne às expectativas, podem constituir *ameaças* aos interesses da CPLP.

Questões como estas são discutidas quotidianamente pelos povos, pelos indivíduos que vivem as suas dúvidas e as suas potencialidades no terreno. Estas interrogações são fruto da experiência e devem, consequentemente, ser levadas em consideração.

A sociedade civil (empresários, membros das Associações Empresariais e das Câmaras de Comércio, e os cidadãos em geral) precisa sentir a CPLP reflectida no seu dia-a-dia, para lhe atribuir relevância e nela incorporar as suas expectativas.

O projecto da CPLP deve, portanto, ser visionário mas igualmente pragmático. Deve envolver os cidadãos, e saber responder às suas ansiedades actuais e futuras. Para evoluir de forma consensual, próxima dos povos que a sustentam e, assim, garantir uma viabilidade duradoura.

II.3. Ambiente de Negócios

II.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano

Os Estados-membros da CPLP possuem níveis socioeconómicos dissemelhantes, traduzíveis, por exemplo, por diferentes índices de desenvolvimento humano (IDH).

O IDH do Relatório de 2009 foi calculado para 182 países. O indicador varia entre 0 e 1. Os países com melhores condições socioeconómicas obtêm resultados próximos de 1. A lista dispõe os países de forma descendente, em quatro grandes grupos (Desenvolvimento Humanos Muito Elevado, Elevado, Médio e Baixo), embora em anos anteriores se subdividissem apenas em três grupos (Elevado, médio e Baixo).

O IDH permite estabelecer comparações entre países de forma objectiva e, em princípio, consensual. A sua popularidade baseia-se no pressuposto de que a evolução populacional não se traduz apenas por indicadores económicos, mas igualmente em parâmetros sociais, culturais e políticos que influenciam a qualidade de vida humana.

As variáveis para o cálculo são diversas, mas o IDH confere particular importância a questões relacionadas com o Produto Interno Bruto (PIB) – mais precisamente o *per capita*) – como indicador de rendimento/riqueza. Mas também com o nível de instrução formal (tal como a taxa de alfabetização, frequências dos cursos médio e superior); e com a esperança média de vida, para medir a longevidade.

Com base nos IDH constantes nos Relatórios de Desenvolvimento Humano e na evolução que traduzem, os países lusófonos podem listar-se da seguinte forma:

Quadro 3: IDH Ranking

	TOP	Países Lusófonos	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2006	2007
IDH Muito Elevado	34	**Portugal**	0,768	0,789	0,833	0,870	0,895	0,904	0,907	0,909
IDH Elevado	75	**Brasil**	0.685	0.694	0.710	0.734	0.790	0.805	0.808	0,813
IDH Médio	121	**Cabo Verde**	n.a	n.a	0.589	0.641	0.674	0.692	0.704	0,708
	131	**São Tomé e Príncipe**	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	0.639	0.645	0,651
	143	**Angola**	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	0,541	0,552	0,564
IDH Baixo	162	**Timor-Leste**	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	0,488	0,484	0,489
	172	**Moçambique**	0,280	0,258	0,273	0,310	0,350	0,390	0,397	0,402
	173	**Guiné-Bissau**	0,256	0,278	0,320	0,349	0,370	0,386	0,391	0,396

Fonte: PNUD/UNDP [12]

Levando em consideração a informação disponibilizada pelo quadro 3, constata-se que Portugal ocupa o primeiro lugar entre os países lusófonos, com um IDH muito elevado. O país é considerado um país desenvolvido, é Estado-membro da União Europeia e, em termos gerais, regista um IDH ascendente desde a década de 80.

Não obstante, o grupo do *IDH muito elevado* termina com Malta, que ocupa a 38º posição. Portugal, portanto, ocupa os últimos lugares da primeira lista e, em anos anteriores, já ocupou uma posição mais confortável no ranking internacional. Portugal é o país da Europa ocidental que mais dificuldades patenteia, incapaz de ultrapassar a crise estrutural que regista há pelo menos uma década, agravada pela crise conjuntural internacional de 2008. A Espanha, por exemplo, rival histórico e país vizinho, ocupa o 15º lugar; a França o 8º lugar; e a Irlanda o 5º.

No que concerne ao Brasil, que ocupa actualmente o 75º lugar. No relatório divulgado em Novembro de 2008, o país situava-se em 70º lugar, com um IDH de 0,807. Mais recentemente, o Brasil obteve um resultado de 0,813, mas não evitou que o país descesse para o 75º lugar. A questão fundamenta-se mais em questões técnicas no cálculo do índice e do maior número de países na lista.

[12] UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (2009). HDI Trends and Indicators (1980-2007). *Human Development Report 2009 – HDI Rankings,* Statistics, Getting and using the Data. URL: <http://hdr.undp.org/en/statistics/data/ >

Destaca-se o percurso positivo do Brasil, o que se justifica pela sua pujança económica que, a revelar-se sustentada, terá repercussões igualmente no plano social e na melhoria das condições de vida da população brasileira.

O exemplo mais notório, nos últimos anos, é provavelmente o de Angola, que parece galopar anualmente no ranking do IDH. Nos últimos quatro relatórios, Angola passou do 166º para o 162º, subiu ao 157º lugar e ascendeu mais recentemente ao 143º lugar. Assim o país liberta-se assim do grupo com IDH baixo, para se posicionar no clube com IDH médio.

Numa lista de 182 países, Timor-Leste ocupa o 162º lugar, seguido de Moçambique (172º) e da Guiné-Bissau (173º), os três a registar um IDH baixo.

Uma nota metodológica final. O Relatório de 2009 analisa dados até 2007, pelo que ainda não reproduz as consequências da crise económica com impactos previsíveis e significativos no desenvolvimento humano.

II.3.2 Índice de Percepções de Corrupção

O *Índice de Percepções de Corrupção (IPC)*[13] é anualmente publicado pela ONG *Transparência Internacional* desde 1955.

A graduação do IPC varia entre 0 (países mais corruptos) e 10 (países com menos corrupção). O índice é ponderado com base em 13 pesquisas de opinião e relatórios de dez organizações não governamentais.

Como nota metodológica, adverte-se sobre a dificuldade em medir objectivamente os níveis de corrupção. Tanto que o IPC é mais um indicador que estuda pareceres sobre corrupção, recolhidos em fontes previamente seleccionadas para o efeito. O IPC acaba por reproduzir a imagem internacional do país junto das *referências de opinião* que participam nesta avaliação.

O IPC possui credibilidade suficiente para influenciar investidores e mercados à escala global, razão porque é invocado neste trabalho.

O IPC de 2009 era encabeçado pela Nova Zelândia (1º lugar, com 9,4 valores) e ultimado pela Somália (180º lugar, com 1,1 de pontuação).

Com base na informação recolhida, a percepção internacional é a de que Portugal é o país lusófono com menos corrupção; e que Angola e a Guiné-Bissau são os países lusófonos onde há mais corrupção. Cabo Verde apresenta um índice próximo do português. O Brasil ocupa o meio da tabela.

[13] TRANSPARENCY INTERNATIONAL (2009). Corruption Perceptions Index 2009. *TI – The Global Coalition Against Corruption*, Surveys and Indices, Policy Research, CPI 2009 Table. URL: < http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2009/cpi_2009_table >

Quadro4: Índice de Percepções de Corrupção (2009)

Hierarquia	Países Lusófonos	Pontuação CPI 2009
35	Portugal	5,8
46	Cabo Verde	5,1
75	Brasil	3,7
111	São Tomé e Príncipe	2,8
130	Moçambique	2,5
146	Timor-Leste	2,2
162	Angola	1,9
162	Guiné-Bissau	1,9

Fonte: *Transparência Internacional* (2009)

Relembra-se que o primeiro lugar é preenchido por um índice de 9,4 muito próximo de 10 (valor máximo). As pontuações mais elevadas do grupo lusófono, obtidas por Portugal e por Cabo Verde não são, portanto, entusiasmantes, mas apenas medianas, a rondar o valor 5.

Por outras palavras, os mercados lusófonos não são considerados transparentes pelos investidores internacionais, o que constitui uma barreira à realização de negócios e é certamente uma matéria a corrigir no futuro próximo.

Talvez um dia a CPLP possa ter uma palavra a dizer nesta matéria, enquanto defensora dos valores da Democracia, do Estado de Direito, da justiça social e da promoção do desenvolvimento.

II.3.3 Índice de Facilidade de Fazer Negócios

O *Índice Facilidade de Fazer Negócios* (IFFN) é um relatório anual do *Doing Business 2010* divulgado pelo Banco Mundial. O indicador tira conclusões sobre a forma de fazer negócios em 183 mercados, o que ajuda a estabelecer comparações e a compreender o ambiente regulamentar que rege os negócios nos países em análise[14].

No IFFN, os países que ocupam o topo da hierarquia são Singapura, Nova Zelândia, Hong Kong (China), EUA e Reino Unido. Mas os países lusófonos, com base na informação recolhida a partir do *Relatório Doing Business 2010* do Banco Mundial, ocupam lugares muito distantes do grupo líder.

[14] Alguns apontamentos no que concerne à metodologia do indicador analisado. O seu cálculo possui cinco limitações, com impacto na interpretação dos resultados. Primeiro, os dados referem-se a empresas situadas na maior cidade de negócios do país Segundo, às vezes os dados referem-se a uma forma específica de empresa (tipificada). Terceiro, transacções de estudo padronizado reportam-se a um conjunto específico de problemas. Quarto, as fontes indicam estimativas diferentes. Quinto, a metodologia parte do suposto que a empresa dispõe de toda a informação sobre o que lhe é exigido.

Quadro 5: Índice de Facilidade de Fazer Negócios

Classificação/Ranking		País
2010	2009	
48	48	Portugal
129	127	Brasil
135	140	Moçambique
146	147	Cabo Verde
164	173	Timor-Leste
169	170	Angola
180	180	São Tomé e Príncipe
181	181	Guiné-Bissau

Fonte: Baseado em *Doing Business 2010*[15]

Portugal manteve o seu 48º lugar. O Brasil perdeu duas posições em 2010, relativamente ao ano anterior, passando para o 129º lugar. Moçambique subiu cinco posições, colocando-se no 135º lugar.

Cabo Verde e Angola melhoraram uma posição, transferindo-se respectivamente para os lugares 146º e 169º. Mas foi Timor-Leste que subiu nove degraus no *Índice de Facilidade de fazer Negócios*. O que é uma boa notícia.

São Tomé e Príncipe, e a Guiné-Bissau situam-se numa posição bastante desconfortável, quase nos últimos lugares de uma lista de 183 países – respectivamente no 180º e 181º lugares.

Para melhor compreender o que a hierarquia traduz, o que o IFFN significa e em que variáveis se baseia, propõe-se a análise do quadro 6, onde constam as reformas realizadas pelos países no período entre 2008/09, segundo categorias próprias, e que possam ter favorecido ou dificultado o empreendedorismo e o ambiente geral para concluir negócios.

O IFFN baseia-se em dez indicadores principais, os quais são: a abertura de empresas (*starting a business*); a obtenção de alvarás de construção (*dealing with construction permits*); a contratação de funcionários (*employing workers*); o registo de propriedade (*registering property*); a obtenção de Crédito (*getting credit*); a protecção de investidores (*protecting investors*); o pagamento de impostos (*paying taxes*); o comércio entre fronteiras (*trading across borders*); o cumprimento de Contratos (*enforcing contracts*); fechar um negócio (*closing a business*).

O quadro 6 possui colunas para oito desses dez indicadores, precisamente aqueles nos quais há referência de reformas por parte dos países lusófonos, no período em consideração (2008/2009).

[15] WORLD BANK and THE INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT (2009). Doing Business 2010 – Reforming Through Difficult Times – Comparing Regulation in 183 Economies. Washington D.C.: Dalgrave MacMillan, IFC and the World Bank; p. 4.

Quadro 6: Reformas 2008/2009 – Facilidade/Dificuldade em Fazer Negócio

	1	2	3	4	5	7	8	9
Reformas que Facilitaram os Negócios	BRA	POR		ANG		ANG	ANG	POR
	CV			POR		CV	MOÇ	
	GB					TL	POR	
	MOÇ							
Reformas que Dificultaram Negócios			POR		CV			

Fonte: Baseado em *Doing Business 2010*[16]

Legenda 1: 1 (abertura de empresas), 2 (obtenção de alvarás de construção), 3 (contratação de funcionários), 4 (registo de propriedades), 5 (obtenção de crédito), 6 (protecção de investidores), 7 (pagamento de impostos), 8 (comércio entre fronteiras), 9 (cumprimento de contratos), 10 (fechar um negócio).
Legenda 2: ANG (Angola), BRA (Brasil), CV (Cabo Verde), GB (Guiné-Bissau), MOÇ (Moçambique), POR (Portugal), STP (São Tomé e Príncipe) e TL (Timor-leste).

A *abertura de empresas* é um indicador que tem a ver com os desafios burocráticos e legais suportadas pelo agente económico para conseguir abrir o seu negócio. O Quadro 6 explica-nos que o Brasil, Cabo Verde, a Guiné-Bissau e Moçambique desenvolveram políticas favoráveis à abertura de empresas nos seus respectivos mercados.

A *obtenção de alvarás de construção* envolve o número de procedimentos e o volume de despesas exigidas para a construção de um depósito, incluindo as etapas necessárias para a obtenção de licenças, certificados, e solicitação para a conexão aos serviços da rede pública. Portugal aplicou incentivos à obtenção de alvarás de construção mas também implementou medidas que passaram a dificultar a contratação de funcionários.

O indicador *registo de propriedade* abrange o tempo e os montantes necessários para uma empresa adquirir um terreno ou um prédio, e transferir o título de propriedade do vendedor para o comprador na cidade de referência, geralmente a mais populosa. Angola e Portugal realizaram reformas propícias à agilização do registo de propriedades.

Em Cabo Verde, todavia, os investidores têm mais dificuldade em recorrer ao crédito do que em anos não afectos à crise internacional que ainda assola o arquipélago.

O tópico sete regista os impostos que uma empresa típica de médio porte deve pagar ou reter em determinado ano. Países como Angola, Cabo Verde e Timor-Leste investiram no combate à fuga ao fisco.

Angola, Moçambique e Portugal agilizaram o *comércio entre fronteiras*, as exigências de procedimento para exportar e importar determinado lote de produtos.

Por fim, Portugal registou melhorias burocráticas no âmbito do cumprimento de contratos e da eficiência do sistema judiciário na resolução de uma disputa comercial.

[16] WORLD BANK and THE INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT (2009). *op. cit.*, pp. 6-7

II. ANÁLISE MACROECONÓMICA

II.1. Produto Interno Bruto

Uma análise sobre os mercados lusófonos não ficaria completo sem uma análise da evolução do produto interno bruto, das trocas comerciais e dos fluxos de IDE entre países lusófonos.

Se compararmos o PIB a preços correntes de um país, a diferença pode dever-se ao crescimento (ou diminuição) do mesmo, mas também à variação dos preços. A vantagem do PIB real é que elimina a distorção que produz a variação dos preços. O PIB Real, que corresponde ao valor dos bens e serviços medidos a preços constantes é, portanto, uma medida mais próxima do bem-estar económico das populações, pois leva em conta a produção total de bens e serviços sem a influência da variação nos preços. Foi o indicador escolhido para análise.

O quadro 7 foi construído com base em séries estatísticas passíveis de ser consultadas no *World Economic Outlook 2009* do Fundo Monetário Internacional (FMI)[17].

Quadro 7: PIB Real (variação anual em %)

	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010*
Angola	2,4	3,5	-3,5	15,0	3,0	20,6	9,3
Brasil	9,2	7,9	-4,2	4,2	4,3	3,2	3,5
Cabo Verde	5,3	8,6	0,7	7,5	7,3	6,5	4,0
Guiné-Bissau	16,0	4,3	4,6	4,4	7,5	3,5	2,5
Moçambique	4,2	1,0	1,0	2,2	1,5	8,4	5,2
Portugal	6,7	1,6	7,9	2,3	3,9	0,9	0,4
STP	-1,1	9,3	-2,2	2,0	0,4	5,7	4,5
Timor-Leste	n.a	n.a	n.a	n.a	-8,1	6,2	7,9
G7	0,5	4,0	2,9	2,4	3,8	2,3	1,3
EU	0,6	2,5	2,4	3,0	4,0	2,2	0,5
Mundo	2,0	3,7	3,0	3,3	4,8	4,5	3,1

Fonte: *World Economic Outlook* 2009 * projecções

Este indicador ajuda-nos a comprovar que os países do espaço lusófono não são um grupo coeso e homogéneo. Traduzem diferentes taxas de crescimento económico, por viverem divergentes fases de desenvolvimento.

Portugal é o país lusófono que regista taxas de crescimento do PIB real mais baixas, nos últimos anos. Revela piores taxas de crescimento do PIB real no séc. XXI que no séc. XX. As taxas de crescimento previstas para os próximos anos rondam os 1%, o que é francamente insuficiente para contrariar o processo de divergência em relação à União Europeia (até porque a média deste espaço económico ronda mais os 2%).

[17] INTERNATIONAL MONETARY FOUND (2009). World Economic Outlook Report. *World Economic and Financial Surveys*, WEO Data, October. URL: < http://www.imf.org/ >

O Brasil regista resultados significativos ao nível do crescimento económico. Não são taxas muito elevadas, mas são sólidas e consistentes. A pujança da sua economia é manifestamente uma evidência mas também resulta de uma evolução que remonta à década de 80, pelo que consolida o esforço das políticas macroeconómicas nacionais das últimas décadas.

A solidez das contas externas brasileira é um dos principais fundamentos da estabilidade macroeconómica nacional e tem contribuído para estabilizar as expectativas de mercado. A balança comercial continua a registar um superávite, porque as exportações têm aferido um forte crescimento nos últimos anos.

Angola cresceu sobretudo na primeira década do séc. XXI (a guerra civil terminou em 2002). As taxas de crescimento previstas confirmam a determinação do país em aproveitar a paz para criar riqueza.

O PIB angolano cresce muito a nível percentual, mas esse incremento provém em grande medida das receitas da venda do petróleo. Isso implica que quando os preços do petróleo baixam, o impacto é de imediato perceptível na evolução do PIB. Esta dependência sectorial, se não for contrariada a tempo, pode criar sérios problemas no futuro.

Curiosamente, a riqueza ainda não cultivada e avaliada de Angola é potencialmente superior à que tem sido explorada (nos sectores petrolífero e diamantífero). O país é dos mais ricos do mundo em recursos naturais, pois tem uma costa marítima abundante, terras férteis e grandes reservas de água potável, para além dos minérios ainda não identificados no seu subsolo.

Por seu lado, Moçambique viveu uma década de forte crescimento económico, beneficiando de investimentos em grandes projectos industriais. A economia tem sofrido ultimamente os efeitos de uma conjuntura internacional adversa. A subida do preço do petróleo, factura que pesa do lado das importações, tem sido uma das causas da inflação.

Em 2006, as contas públicas moçambicanas beneficiaram do perdão da dívida externa, ao abrigo da Iniciativa de Redução da Dívida Multilateral, e Portugal acordou já este mês o perdão do endividamento moçambicano. Moçambique tem nos serviços (sobretudo comércio, transportes e comunicações) o maior motor da economia

Cabo Verde é um caso de sucesso e uma referência na África Subsariana. Uma economia baseada em serviços, muito aberta ao exterior e dependente de doações, remessas de emigrantes e importações de bens essenciais. Tornou-se em 2008 o primeiro Estado africano lusófono a receber das Nações Unidas o estatuto de País de Desenvolvimento Médio, aderindo na quarta-feira à Organização Mundial do Comércio (OMC). Ainda assim, a conjuntura inflacionista internacional colocou à prova a expansão económica de Cabo Verde em anos anteriores.

Cabo Verde possui limitados recursos naturais (o mar é a grande fonte de riqueza). A água potável é um bem escasso e o arquipélago enfrenta secas periódicas. Mas as remessas de emigrantes e a ajuda da comunidade internacional de doadores (Portugal, Holanda, França, Espanha, …), permitem equilibrar o défice da sua Balança Corrente.

As taxas de crescimento real de São Tomé e Príncipe, e da Guiné-Bissau não têm sido suficientes para retirar os respectivos países de uma situação económica desfavorável.

O caso específico da Guiné-Bissau é particularmente preocupante. Parte significativa das actividades económicas realizadas em solo guineense é informal ou ilícita. A crescente importância do país como placa giratória no tráfico de droga entre a América do Sul e a Europa tem suscitado apreensão internacional.

São Tomé e Príncipe era um dos Estados africanos mais endividados, mas a sua situação inverteu-se a partir de 2007, depois de o *Clube de Paris*, que reúne 19 países credores, ter anulado parte significativa de dívida externa. Entretanto, o país dedica-se mormente à produção de cacau e ao comércio, mas aspira agora à *idade do petróleo*. Enfrenta uma conjuntura económica que encarece as importações e pressiona em alta a inflação.

O crescimento galopante das receitas petrolíferas permitiu a Timor-Leste registar elevados crescimentos do seu PIB real. Todavia, o desenvolvimento do país permanece baixo. A normalização gradual das condições sociopolíticas, abre portas à normalização da violência armada. É seguramente uma condição indispensável para que Timor-Leste possa tirar pleno partido da excepcional oportunidade de desenvolvimento proporcionada pela conjuntura actual do sector petrolífero.

II.2. Trocas Comerciais

Analisar a evolução das trocas comerciais, é centrar a atenção no papel da geografia, mais concretamente na distância e o seu impacto nos custos de transporte. A proximidade das actividades das empresas também pode afectar os lucros. Logo, a produção localiza-se onde há oferta de factores, próximo de mercados e de fornecedores de produtos intermédios. Por outro lado, a produtividade depende da densidade espacial da actividade económica, e as transferências tecnológicas dependem da distância entre produtores de tecnologia.

Os determinantes fundamentais da variação espacial do rendimento *per capita* subdividem-se em três categorias: 1) geografia natural (os recursos naturais podem ser grandes impulsionadores do desenvolvimento dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos); 2) geografia natural do acesso aos mercados, fornecedores e ideias; 3) os efeitos da infra-estrutura social (as instituições, as políticas governamentais).

Os fluxos de comércio são impulsionados pelo aumento das economias de escala e de economias de concorrência. Por outro lado, as multinacionais preferem integrar-se nos países que lhes proporcionem melhores condições de trabalho e de negócio e, portanto, da localização da procura (determinada pelo acesso aos mercados) e da localização da oferta (depende do acesso aos fornecedores).

A teoria da internacionalização prevê uma progressão por etapas, que passe da exportação, para a criação de um canal de distribuição próprio, antes da instalação de uma unidade produtiva no exterior. Uma sequência deste tipo permite um conhecimento gradual do mercado de destino, de forma a minimizar riscos e custos de intervenção;

confere tempo de adaptação dos mecanismos de coordenação e controlo da actividade nesse mercado; minimiza precipitações, custos de deslocalização ou de mudança de ramo. Mas existem empresas/sectores que não seguem necessariamente todas estas etapas, em função das características do negócio em causa.

Contextualizado o quadro de referência, analisemos os dados estatísticos sobre o comércio externo português – portanto, sob uma perspectiva nacional.

No quadro 8, reúne-se informação com dados recentes recolhidos Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP)[18]. Assim, podemos analisar a repartição do comércio extracomunitário português por países de destino.

Quadro 8: Exportações Portuguesas de Bens e Serviços (1999/2009)

Mercados	EXPORTAÇÕES					
	1999	2001	2003	2005	2007	2009
Angola	428.898	703.351	910.678	1.052.378	2.172.997	2.947.460
Brasil	359.966	493.818	398.822	543.251	820.471	876.178
Cabo Verde	178.281	175.418	203.016	202.888	299.329	297.420
Moçambique	104.023	102.726	89.362	92.110	132.537	163.819
S. Tomé e Príncipe	24.313	28.289	38.657	28.901	46.373	44.539
5 Países (soma)	1.095.481	1.503.602	1.640.535	1.919.528	3.471.707	4.329.416
Portugal total	**32.011.538**	**37.820.401**	**39.303.385**	**43.220.146**	**54.764.814**	**47.631.117**
% 5 Países no total	3,4	4,0	4,2	4,4	6,3	9,1

Fonte: AICEP/Banco de Portugal (2010) Unidade: Milhares de Euros

A soma das exportações portuguesas para Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, e São Tomé e Príncipe representavam cerca de 3,4% do total em 1999, percentagem que cresceu para 9,1% em 2009. Os valores justificam-se com base na descontinuidade geográfica do espaço lusófono, na atractividade regional e na competitividade mundial. A língua comum é um dos factores de aproximação entre mercados mas não tem sido suficiente para contrariar factores de distanciamento mais fortes.

Angola, até mais do que o Brasil, tem sido o principal destino das exportações portuguesas, a registar um volume de negócios crescente, que passou de um total de 428.898 milhares de euros em 1999, para 2.947.460 milhares de euros em 2009.

Angola afirmou-se nos últimos anos como parceiro comercial da maior importância para Portugal. Aquando da visita do Presidente José Eduardo dos Santos a Lisboa em 2009, os governos de Portugal e de Angola assinaram acordos para a duplicação da linha de crédito das exportações nacionais e que traduz o aprofundamento das relações económicas entre os dois países.

[18] AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL (2010a). Comércio Internacional Português de bens e Serviços 1996-2009. *AICEP Portugal Global On-line*, Estatísticas, Livraria Digital, 02 de Junho. URL: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx>

A linha de crédito visava funcionar como um seguro de crédito para as operações de médio e longo prazo financiadas pelo sistema bancário português, para que importadores angolanos pudessem adquirir bens de equipamento e serviços de origem portuguesa. Esta linha de crédito de apoio às exportações tinha o valor de 100 milhões de euros em 2004, passou para 300 milhões de euros em 2006 (por ocasião da visita oficial de José Sócrates a Angola); e chegou aos 500 milhões de euros em 2008, quando o Primeiro-Ministro José Sócrates visitou Luanda em Julho desse ano.

Até Julho de 2010, as empresas portuguesas já tinham recorrido a 650 milhões dos mil milhões de euros que o Estado português havia disponibilizado para seguros de crédito sobre as exportações para a Angola, com projectos sobretudo no sector da construção e da reabilitação. Foram entretanto aprovados 37 projectos, que representam cerca de 65% da linha de seguro de crédito comercial.

O Brasil ronda o 11º lugar na tabela de maiores clientes de produtos e serviços portugueses. É um mercado com grandes potencialidades no futuro próximo.

Quadro 9: Importações Portuguesas de Bens e Serviços (1999/2009)

Mercados	IMPORTAÇÕES					
	1999	2001	2003	2005	2007	2009
Angola	52.873	184.416	83.033	99.829	488.164	287.761
Brasil	501.145	754.768	936.428	1.307.331	1.724.850	1.167.523
Cabo Verde	35.868	37.940	42.908	42.784	64.355	53.555
Moçambique	61.037	61.829	66.223	49.653	56.784	69.693
S. Tomé e Príncipe	7.203	5.631	2.522	3.900	4.776	5.018
5 Países (soma)	658.126	1.044.584	1.131.114	1.503.497	2.338.929	1.583.550
Portugal total	**43.742.890**	**50.409.231**	**48.213.366**	**55.603.921**	**65.714.103**	**58.730.840**
% 5 países no total	1,5	2,1	2,3	2,7	3,6	2,7

Fonte: AICEP/Banco de Portugal (2010) Unidade: Milhares de Euros

A soma das importações portuguesas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, e São Tomé e Príncipe, no período em consideração, passaram de 1,5% no ano de 1999, para 2,7% das importações totais portuguesas em 2009.

No âmbito das importações, o destaque vai para o Brasil, decididamente o principal fornecedor lusófono de bens e serviços, com o mercado português no seu todo a comprar bens e serviços na ordem dos 1.167.523 milhares de euros em 2009, quando em 1999 o valor apenas atingia os 501.145 milhares de euros.

Portanto, do ponto de vista das relações comerciais internacionais entre países lusófonos, a perspectiva é auspiciosa e propende para uma subida, em especial depois de ultrapassada a crise global que ainda produz efeitos nos mercados. Não obstante se perspective uma tendência de crescimento, o Brasil e os PALOP ainda pesam pouco na Balança Comercial portuguesa.

II.3. Investimento Directo Estrangeiro (IDE)

O IDE gera rendimento e é uma forma de sustentar posições nos mercados externos. O IDE traduz-se na instalação de uma unidade de produção no estrangeiro, ou na compra de negócios já activos no exterior, ou de uma fusão; e que assuma a forma jurídica de sociedade de acordo com a lei do país de acolhimento. Corresponde ao investimento de uma empresa num país estrangeiro, que implique uma posição permanente ou algum controlo de gestão de uma entidade residente.

Ao contrário do investimento de portfolio, o IDE é duradouro, envolve projectos de longo prazo; e, em princípio, começa quando o investidor estrangeiro adquire pelo menos dez por cento da empresa local, exercício que pode traduzir-se em poder de influência sobre a empresa. É possível que o IDE cresça impulsionado pela expansão da produção internacional. O IDE parece ser o mais importante dos fluxos de investimento externo, se admitirmos que envolve simultaneamente uma transferência financeira, de capital humano e de tecnologia.

Com base no paradigma OLI (*Ownership, Location, Internalization*) de Dunning (1993)[19], o IDE resulta de três tipos de vantagens. Primeiro, uma vantagem de posse (*ownership advantage*), que pode ser um produto, um processo de produção, uma gestão ou organização industrial, ou uma tecnologia superior, ao qual as outras empresas não têm acesso ou desconhecem. O benefício é específico, oneroso ou demorado (*time-consuming*), mas é transferível a baixo custo, e permite gerar rendimento superior os custos operacionais e de estabelecimento num país estrangeiro.

Segundo, uma vantagem de localização (*location advantage*) fundamentada em baixos custos de transporte ou dos preços dos factores ou das barreiras de comércio, variáveis que tornam as exportações preteríveis em relação ao IDE.

Terceiro, uma vantagem de internalização (*Internalisation advantage*, por interessar à empresa manter internamente os seus conhecimentos.

Contextualizada a relevância estratégica destes fluxos, analisemos as estatísticas do IDE nos quadros seguintes, com base na informação recolhida na base de dados da AICEP. Primeiro, sobre a evolução dos fluxos de IDE em Portugal, em milhares de euros, em posição enquanto origem do IDE bruto total e em valores líquidos (valor resultante da subtracção entre investimento bruto e desinvestimento)[20].

[19] Cfr. DUNNING, John H. (1993). *Multinational Enterprises and the Global Economy*. Workingham: Addison-Wesley; pp. 62-63.

[20] AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL (2010b). Fluxos de Investimento Directo de Portugal com o Exterior (IDE) por países de Origem 1996-2009. *AICEP Portugal Global On-line*, Estatísticas, Livraria Digital, 22 de Março. URL: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx>

Quadro 10: Investimento Directo do Exterior em Portugal – Bruto

IDE Bruto – Milhares de Euros						
ORIGEM	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**
Angola	733	2.208	8.017	6.255	15.184	113.942
Brasil	264.131	265.803	254.345	69.120	114.340	218.889
Cabo Verde	45	271	54	159	192	1.914
Guiné-Bissau	n.a.	n.a	15	n.a	2	2
Moçambique	125	525	91	16	175	1.567
S. Tomé e Príncipe	n.a	571	n.a	161	n.a	66
Portugal Total	**13.631.190**	**27.866.318**	**32.224.368**	**27.676.638**	**32.633.798**	**31.842.583**

Fonte: AICEP (2010)

No quadro 10 é possível constatar que os fluxos de IDE em Portugal aumentaram até 2003 e que, nos anos seguintes tem sofrido uma oscilação, com fases de crescimento e de decréscimo dos valores totais. A União Europeia é a principal região de origem de investimento de capital estrangeiro, responsável por 88% do total de IDE em 2007.

Em 2009, o IDE bruto em Portugal atingiu os 31 843 milhões de euros, o que representou uma diminuição de 9,8% face ao ano anterior, em grande medida por causa da crise financeira internacional que incutiu um espírito de prudência nas empresas que acabaram a repensar a sua estratégia e posicionamento externo.

No grupo dos países lusófonos, que é alvo de análise neste trabalho, o Brasil é líder destacado no IDE em Portugal, ainda que os valores tenham decrescido significativamente em anos como 2005 e 2007. O ano de 2009 foi bastante positivo para Portugal, ao registar uma entrada de 218 889 milhões de euros provenientes do Brasil.

O IDE de Angola em Portugal também tem verificado uma subida acentuada, sobretudo evidente no ano de 2009, atingindo os 113 942 milhões de euros. Angola é mais importante a nível mundial enquanto receptor de IDE do que enquanto emissor, mas sobe cada vez mais no ranking de investidor.

Cabo Verde e Moçambique também investiram mais em Portugal em 2009 do que anos anteriores, o que representa, por si, um interesse crescente dos países lusófonos pelo mercado português.

Quadro 11: Investimento Directo do Exterior em Portugal – Ranking

Posição Enquanto Origem do IDE Bruto Total						
ORIGEM	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**
Brasil	10	12	12	17	17	14
Angola	23	22	22	23	23	15
Cabo Verde	32	29	38	37	43	32
Moçambique	29	28	37	44	44	33
São Tomé e Príncipe	n.a	27	n.a	36	n.a	49
Guiné-Bissau	n.a	n.a	39	n.a	50	53

Fonte: AICEP (2010)

Para facilitar a leitura, o quadro 11 espelha o ranking dos maiores investidores em Portugal, ao hierarquiza o volume de IDE a entrar no mercado nacional, por país de origem. Confirma-se a liderança do Brasil, seguido de Angola. Esta tendência também se pode justificar pela intensidade da diplomacia económica entre Portugal e estes dois países lusófonos, pautada pela visita regular e recíproca de chefes de Estado e de Governo.

Na década em consideração (1999/2009), o Brasil oscilou entre a décima posição (em 1999) e a décima sétima posição, sendo que em 2009 ocupava o 14º lugar.

Por seu lado, Angola passou do 23º lugar (em 1999) para o 15º lugar (2009) na lista dos maiores investidores em Portugal, como já vimos, com um volume de negócios a rondar os 113 942 milhões de euros.

Quadro 12: Investimento Directo do Exterior em Portugal – Líquido

IDE Líquido – Milhares de Euros (Investimento Bruto menos Desinvestimento)						
ORIGEM	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**
Brasil	-140.605	-543.060	-5.640	65.389	33.876	183.704
Angola	232	1.812	3.382	5.781	4.380	97.909
Cabo Verde	45	248	-4	80	-985	1.714
Moçambique	113	-49	-156	-130	90	1.262
Guiné-Bissau	0	0	15	-3	2	2
São Tomé e Príncipe	0	571	0	161	0	-161
Portugal Total	**1.085.742**	**6.962.762**	**6.333.851**	**3.159.842**	**2.237.608**	**2.066.757**

Fonte: AICEP (2010)

Portugal tem registado fases de forte desinvestimento. Algumas empresas de capitais estrangeiros a operar em Portugal recorreram à deslocalização das suas actividades para outros países (designadamente da Europa Central e Oriental e da Ásia), com consequências sociais para as populações que empregavam – em especial no caso das grandes empresas, centrais no tecido económico das regiões em que se haviam inserido.

No que concerne especificamente aos fluxos de IDE do Brasil em Portugal, pois houve períodos de forte desinvestimento (de 1999 a 2003), fase que tem sido contrariada nos últimos anos, a registar um valor líquido de 183 704 milhões de euros em 2009.

Numa segunda fase, analisa-se a evolução dos fluxos de Investimento Directo de Portugal no Exterior (IDPE) em milhares de euros, em posição enquanto origem do IDE bruto total e em valores líquidos (valor resultante da subtracção entre investimento bruto e desinvestimento)[21].

[21] AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL (2010c). Fluxos de Investimento Directo de Portugal com o Exterior (IDPE) por países de Destino 1996-2009. *AICEP Portugal Global On-line*, Estatísticas, Livraria Digital, 22 de Março. URL: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx>

Da parte dos empresários portugueses, importa manter o esforço de investimento em mercados externo. O IDEP é considerado uma prioridade numa economia globalizada infelizmente constrangida por uma crise interna.

Quadro 13: Investimento Directo de Portugal no Exterior – Bruto

IDPE Bruto – Milhares de Euros						
DESTINO	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**
Angola	93.258	56.757	40.075	263.647	451.124	557.430
Brasil	3.416.420	2.279.264	194.119	350.985	665.733	547.118
Moçambique	43.093	69.404	26.035	33.053	113.243	143.422
Cabo Verde	38.155	16.616	7.283	15.128	21.310	8.519
S. Tomé e Príncipe	494	997	1.739	731	2.480	588
Guiné-Bissau	12	998	1.664	195	1.147	122
Portugal Total	**10.205.408**	**13.384.156**	**10.093.213**	**9.780.692**	**14.835.430**	**7.960.919**

Fonte: AICEP (2010)

No quadro 13, verifica-se um especial interesse dos investidores portugueses nos mercados brasileiro e angolano, que também nos fluxos inversos lideram o grupo dos lusófonos.

Até à década de oitenta, o Brasil foi uma economia fechada, com forte presença do Estado como produtor de bens e serviços, e após um longo período de alta inflação com indexação, no final da década de 90, o Brasil iniciou um processo de privatizações, de desregulamentação interna e de abertura comercial ao exterior.

Desde 1996, o Brasil tornou-se então o mercado de eleição dos empresários investidores portugueses, representando, até ao final da década, percentagens bastante significativas do investimento directo de Portugal no estrangeiro (IDPE), em termos brutos. Entretanto, registou-se uma maior vulnerabilidade do IDPE no Brasil.

A partir de 1999 registou-se uma ainda maior diversificação dos destinos do IDPE, nomeadamente para os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), com 2% a 3% do total.

É especialmente notória a intensidade crescente do investimento em Angola, que recebia 93 258 milhões de euros de Portugal em 1999, e passou a registar volumes de entrada na ordem dos 557 430 milhões de euros.

A subida é assinalável e justifica-se em função do dinamismo, competitividade e atractividade do referido mercado africano, sobretudo nos últimos cinco anos – quando o tecido económico começou a consolidar-se, depois do fim do cessar-fogo assinado em 2002.

Entre os lusófonos, Moçambique tornou-se num grande receptor de investimento português, mormente desde 2007, e prevê-se que a tendência se mantenha. De facto, Moçambique tem sido o segundo principal destino de investimento português nos PALOP.

Portugal é dos principais promotores de IDE realizados em Cabo Verde, mas o interesse dos investidores lusos tem diminuído no referido arquipélago nos últimos anos.

Os mercados de São Tomé e Príncipe, e da Guiné-Bissau continuam a não ser considerados atractivos pelo tecido empresarial português.

Quadro 14: Investimento Directo de Portugal no Exterior – Ranking

Posição Enquanto Destino do IDPE Bruto Total						
DESTINO	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**
Angola	9	14	13	8	6	3
Brasil	1	3	4	5	3	4
Moçambique	13	13	15	17	13	8
Cabo Verde	14	18	20	20	23	21
São Tomé e Príncipe	25	28	25	36	32	36
Guiné-Bissau	35	27	26	39	40	48

Fonte: AICEP (2010)

No quadro 14, confirma-se a avaliação atrás escrutinada com base na hierarquia de fluxos. O Brasil já ocupou o primeiro lugar dos maiores investidores em Portugal (em 1999), ocupando em 2009, dez anos depois, o quarto lugar, destronado que foi por Angola, que actualmente ocupa o 3º lugar.

Moçambique passou do 13º lugar (em 1999) para a 8ª posição da lista de maiores receptores de IDE português.

Portugal, nos últimos anos, tem manifestado um interesse decrescente pelos mercados de Cabo Verde, Moçambique e Guiné-Bissau.

Quadro 15: Investimento Directo de Portugal no Exterior – Líquido

IDPE Líquido – Milhares de Euros (Investimento Bruto menos Desinvestimento)						
DESTINO	**1999**	**2001**	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**
Brasil	1.501.139	1.122.147	-22.139	-437.686	338.885	374.713
Moçambique	19.864	49.867	5.299	9.629	80.633	1.959
S. Tomé e Príncipe	94	971	-2.107	731	-9.052	-292
Guiné-Bissau	-2.816	963	1.664	120	-10.847	-1.815
Cabo Verde	35.974	10.798	4.988	11.391	-92.575	-23.309
Angola	90.322	51.033	26.354	154.547	-767.779	-567.149
Portugal Total	**2.995.484**	**6.997.303**	**5.833.053**	**1.697.490**	**4.013.338**	**931.329**

Fonte: AICEP (2010)

O quadro 15 traduz os fluxos de desinvestimento e é especialmente na avaliação dos fluxos de saída de Angola. Embora o referido país africano esteja a atrair investidores portugueses e volumes de negócio crescentes, também regista um fortíssimo desinvestimento, fazendo com que o IDPE líquido seja negativo nos últimos anos (desde 2007), o que poderá ser explicado pela venda, a empresas de capital angolano, de participações significativas, sobretudo em bancos detidos por grupos portugueses e menos lucros reinvestidos.

O investimento português em Angola é hoje mais diversificado e cresceu até 2009, quando foi travado pela crise, mas, nos últimos três anos, Portugal desinvestiu mais do que investiu no país de África que mais investimento estrangeiro recebe.

Portugal e Angola são parceiros cada vez mais importantes um para o outro nas relações económicas, acompanhando as tendências registadas na área do comércio, com os investimentos de lado a lado a aumentarem.

O quadro 15 também é importante no registo do IDPE líquido no Brasil. Depois de uma fase de interesse massivo, ainda patente em anos como 1999 e 2001, os investidores portugueses registaram um forte desinvestimento em meados da década de 2000.

III. PERSPECTIVAS FUTURAS

III.1 CPLP

No que concerne às perspectivas futuras da CPLP, é importante referir que, na VIII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP em Julho de 2010, Angola assumiu a presidência rotativa sob o lema: *A Solidariedade na Diversidade no espaço da CPLP*.

A Presidência de Angola definiu objectivos para os seus dois anos de mandato, a começar pelo reforço da solidariedade e do diálogo intercultural para fomentar o conhecimento mútuo e a plena concretização dos propósitos gerais inscritos na sua Declaração Constitutiva.

A Presidência de Angola atribuiu relevância especial à necessidade da CPLP e da Língua Portuguesa consolidarem a sua projecção internacional, através do fortalecimento da actuação conjunta. Apelou a uma cooperação comunitária ajustada a ideais de desenvolvimento compartilhado e solidário, para pleno respeito pela diversidade de visões do mundo.

No *Comunicado Final* da Conferência admitiu-se a indispensabilidade de "consolidação do clima de estabilidade e de segurança da Guiné-Bissau"[22]. No futuro poderá haver reformulações na Carta Magna da CPLP, para que a organização possa intervir na resolução de conflitos, em caso de necessidade, sem que tal fira a cláusula de não-ingerência.

No Comunicado Final foi elogiada a realização da *II sessão da Assembleia Parlamentar*, em Lisboa, instigando os Parlamentos dos Estados membros a desdobrar esforços para a consolidação deste órgão comunitário, com vista a reforçar a representatividade da CPLP.

Sendo assim, quando Lisboa entregou a pasta da Presidência da CPLP a Luanda, registou-se um projecto de continuação ou uma mudança de paradigma?

Vejamos, durante a Presidência Portuguesa (2008/10) foram traçadas quatro prioridades de acção: a língua portuguesa, o reforço da concertação político-diplomática, o aprofundamento do conceito de cidadania no espaço CPLP, e a intensificação das cooperações sectoriais.

Por seu lado, a Presidência Angolana assume o empenho na investigação que promova o «(…) conhecimento das diferentes línguas nacionais dos Estados membros e que concorram para o ensino da Língua Portuguesa em contextos multilinguísticos.»[23].

---

[22] COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2010a). Comunicado Final – VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *CPLP – Notícias*, Comunicação e Informação, 23 Julho. URL: < http://www.cplp.org/ >

[23] COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2010a), *op. cit.*, URL: < http://www.cplp.org/ >

A Língua Portuguesa é assim *um dos idiomas* da CPLP. O Português assume provavelmente a função de unir os povos que a professam e de os acompanhar na sua projecção à escala global, individual e colectivamente. Mas Luanda faz questão de sublinhar que a CPLP é assumidamente multilinguística, não apenas multicultural.

A presidência Angolana destaca ainda a necessidade de: «(…) reforçar os laços de fraternidade, de solidariedade e de cooperação entre os povos que têm a língua portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade.»[24]

É este o rumo arquitectado para a CPLP nos próximos dois anos. Mas ainda é cedo para responder à pergunta sobre continuação ou redefinição de rumo mais à luz dos interesses específicos do país que agora recebe a pasta.

Seja como for, a CPLP possui desafios futuros, cuja resolução depende em grande medida da vontade política e da redefinição de prioridades estratégicas comuns aos Estados-membros. Primeiro, a questão da mobilidade dos cidadãos no espaço lusófono, sendo que a agilidade na concessão de vistos é considerada fundamental.

Segundo, destaca-se a necessidade de aprofundar a cooperação económica, até para que os mercados da CPLP, no seu conjunto, sejam (perspectivados como) mais atractivos para o investimento e para o comércio internacional.

Levando em consideração estes dois pontos, propõe-se a análise do quadro 16, com propostas que possam adjuvar a uma maior cooperação económica no seio da CPLP:

Quadro 16: Cooperação Económica – Propostas

Propostas para Impulsionar a Cooperação Económica na CPLP
Mobilidade
Apoio à Internacionalização
Empreendimento e Parcerias estratégicas
Alianças Empresariais
Desenvolvimento de "redes" no espaço da Lusofonia
Meios de Comunicação

Fonte: Quadro da Autora

De facto, os empresários lusófonos carecem de mobilidade no seio da CPLP, para isso a questão dos vistos deve ser célere e nem sempre o é. A questão dos vistos de residência e de permanência no país de destino é crucial, pela razão simples de que um empresário não pode criar uma empresa num país estrangeiro e geri-la a milhares de quilómetros de distância. A prioridade é agilizar a concessão de vistos, em especial nas relações com Angola, país que regista intrincada burocracia e longos períodos de espera.

A problemática da livre circulação de pessoas e bens no espaço CPLP assume-se como um dos grandes desafios da organização, mormente numa era em que a concertação

[24] COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2010b). Declaração sobre a Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP. *XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, 22 Julho, Luanda, pp. 1-3. URL: < http://www.cplp.org/>

diplomática e política entre Estados é encarada como um elemento fundamental para dar respostas a problemas globais, num cenário a tentar ultrapassar a crise económico-financeira mundial.

Outra questão determinante é a reciprocidade na intensidade dos fluxos. Para que o espaço lusófono possa crescer de forma saudável e desprovida de externalidades negativas no âmbito social (ressentimentos, queixas contra neo-colonialismos e dependência externa, ou vitimização), as trocas comerciais e de investimento devem realizar-se em ambos os sentidos. Por exemplo, não basta que Portugal invista em Angola e no Brasil, Angola e o Brasil também devem investir em Portugal – como aliás já começa a verificar-se.

A aposta na internacionalização é crucial para as empresas dos Estados-membros. Os países de destino podem ser nações irmãs ou países terceiros. Importa apoiar através de parcerias estratégicas que auxiliem o processo de inserção no tecido económico receptor.

O empreendedorismo, as parcerias estratégicas, a responsabilidade social, e a pertença a redes de contactos e de partilha de informação, adjuvam no processo de aproximação do tecido empresarial dos vários mercados.

O aprofundamento das relações empresariais deverá realizar-se fazer numa perspectiva de longo prazo e numa lógica de responsabilidade social. O tema da responsabilidade social das empresas é fundamental no âmbito da Lusofonia, que inclui países em vias de desenvolvimento, particularmente carentes de iniciativas que envolvam a comunidade local – a qual, muitas vezes, fica dependente de um grande investimento estrangeiro e nele centra as suas expectativas e preocupações sociais.

A definição de mecanismos de articulação com o sector empresarial e a procura de parcerias público-privadas, são instrumentos estratégicos. As próprias parcerias entre os investidores (local e estrangeiro) são fundamentais. Ambas devem assentar na reciprocidade e na vantagem mútua. Este tipo de parcerias não serão eficazes se houver facilidades ou facilitismos de parte a parte.

As alianças entre associações empresariais ou até entre câmaras de comércio podem estimular a criação de redes (*networking*) para circulação de informação sobre programas ou concursos públicos financiados, sobretudo, por instituições financeiras internacionais.

A CPLP pode alimentar condições propícias ao aumento da competitividade empresarial, através de uma rede de apoios financeiros e técnicos, facultando uma estrutura de apoio que ajude a estimular a capacidade empresarial. Mas o desenvolvimento destas redes também pode ser impulsionado pelos próprios cidadãos da CPLP e assim crescer de "baixo para cima".

Os meios de comunicação desempenham um papel crucial na divulgação da missão e das actividades da CPLP. A Rádio, a Televisão e a Internet projectam massivamente o Português, um elemento indispensável no processo de salvaguarda e difusão do idioma e dos próprios interesses comuns aos seus povos e culturas. A publicação de artigos na

Internet é apenas uma forma de publicação dos trabalhos de investigação levados a efeito por especialistas das várias nacionalidades da Lusofonia.
Resumindo, deve promover-se uma maior cooperação económica no espaço lusófono, com empenho acrescido por parte dos governos dos Estados-membros, através de acordos que não colidam com os compromissos regionais. A CPLP, para que tenha sucesso, deve traduzir-se num projecto conjunto que incorpora dinâmicas estaduais mas igualmente da sociedade civil, e que melhor se traduzem em parcerias estratégicas, dialogantes e actualizadas nos seus conteúdos.

III.2 Relações Económicas

O último capítulo debruça-se sobre o futuro das relações económicas, fundamentando as conclusões nos resultados estatísticos já ocorridos este ano e nas tendências de mercado.

No Quadro 17, consta o valor das exportações[25] e das importações[26] registadas entre os meses de Janeiro e Junho de 2010, e que constituem as mais recentes estatísticas divulgadas pelo INE.

Quadro 17: Exportações e Importações (€) de Bens – Junho 2010

Destino	Exportações (Junho 2010)	% Total (Exp)	Importações (Junho 2010)	% Total (Imp)
PALOP	176.061.901	5,75	113.625.456	2,29
Angola	134.693.519	4,40	110.394.791	2,22
Brasil	34.612.066	1,13	127.123.316	2,56
Cabo Verde	21.998.464	0,72	580.986	0,01
Guiné-Bissau	3.313.403	0,11	21.666	0,00
Moçambique	12.646.006	0,41	2.607.921	0,05
São Tomé e Príncipe	3.410.509	0,11	20.092	0,00
Timor Leste	608.040	0,02	103.956	0,00
Mundo	3.063.066.522	100,00	4.964.385.158	100,00

Fonte: INE (2010)

Com base no Quadro 17 é possível constatar que o peso as exportações de Portugal para os PALOP, no primeiro semestre de 2010, ainda representa apenas 5,75% do total das exportações nacionais.

[25] INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2010a). Exportações (€) de bens por Local de destino e Tipo de bens (CGCE). INE, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens, 04 de Setembro. URL: <http://www.ine.pt >
[26] IDEM (2010b). Importações (€) de bens por Local de destino e Tipo de bens (CGCE). INE, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens, 04 de Setembro. URL: <http://www.ine.pt >

Mas Angola sozinha é cliente de 4,4% dos bens nacionais. O que não deixa de ser assinalável e se justifica em função da credibilidade que os bens portugueses possuem junto dos clientes angolanos e na liquidez elevada daquele mercado africano.
As relações económicas entre Angola e Portugal têm vindo a crescer de forma relevante. Em 2010, Angola afirma-se como o quarto maior destino das exportações portuguesas e já são muito vastos os interesses económicos mútuos.

No espaço lusófono, Portugal superou o Brasil nos primeiros meses do ano de 2010 como o principal destino das exportações angolanas – por agora, um comportamento atípico já que, tradicionalmente, o país sul-americano ocupa um lugar bem mais destacado que Portugal entre os principais clientes de Angola.

O Brasil é cliente de 1,13% das exportações portuguesas e fornecedor de 2,56% das importações nacionais.

Do ponto de vista das trocas comerciais, o triângulo estratégico – constituído pelas relações entre Portugal/Brasil/Angola – é actualmente central para a Lusofonia e mais assim se perspectiva no futuro.

No quadro 18 constam estatísticas para 2010, baseadas nos valores do primeiro semestre do ano (de Janeiro a Junho) para o IDE e IDPE[27].

Quadro 18: IDE e IDPE – Janeiro/Junho 2010

2010	IDE		IDPE	
	Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
Brasil	1.813.087	717.564	315.053	236.148
Angola	12.655	-6.374	121.719	-48.463
Cabo Verde	7.538	7.488	6.595	-5.101
Guiné-Bissau	436	436	77	-943
Moçambique	1.526	1.022	11.546	6.965
São Tomé e Príncipe	n.a	0	1.975	-3.301
Total	**17.810.558**	**1.651.645**	**2.442.188**	**594.275**

Fonte: AICEP/Banco de Portugal (2010) Unidade: Milhares de Euros

O Brasil continua a ser o principal investidor lusófono em Portugal. Os valores do IDPE no Brasil demonstram que os empresários lusos continuam interessados no mercado brasileiro. A entrada de capitais brasileiros na cimenteira *Cimpor* e os investimentos em Portugal da brasileira *Embraer* poderão ser responsáveis pelo melhoramento dos valores globais já em 2010, com tendência para consolidação destes valores no futuro próximo. Os investimentos brasileiros em Portugal são estruturantes na economia portuguesa.

[27] AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL (2010d). Fluxos de Investimento Directo de Portugal com o Exterior por países 2010 (Janeiro a Junho). *AICEP Portugal Global On-line*, Estatísticas, Livraria Digital, 01 de Setembro. URL: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx>

Os investimentos angolanos afirmam-se gradualmente em solo nacional. Em contrapartida, também os valores do seu desinvestimento estão em destaque neste semestre de 2010, ao ponto de tornar negativo o valor líquido do IDE de Luanda em Portugal.
Os empresários portugueses continuam a desinvestir fortemente em Cabo Verde no primeiro semestre de 2010. Em contrapartida, em igual período, o IDE de Cabo Verde em Portugal superava o IDPE no arquipélago africano.

Moçambique é outro dos países que atrai IDPE. Por exemplo, a empresa Portucel visa a construção de uma fábrica de pasta de papel, projecto anunciado no âmbito da visita de Estado do primeiro-ministro de Portugal, José Sócrates, a território moçambicano em Março de 2010. Atingindo a velocidade de cruzeiro, este investimento da Portucel em Moçambique rondará os 36 milhões de euros por ano.

Do ponto de vista estritamente português, o espaço económico da Lusofonia corresponde a uma necessidade estratégica de complementaridade às praças da União Europeia ainda restringidas pelos efeitos da crise financeira internacional, mas a qual ultrapassarão provavelmente mais cedo do que Portugal.

Por um lado, Portugal ganha em usufruir do espaço económico lusófono, pois no contexto europeu, devido à sua posição periférica, não possui as vantagens competitivas dos países da Europa Central.

Por outro lado, as perspectivas de crescimento futuro do Brasil e dos PALOP (com destaque para Angola) são animadoras e estes países carecem de bens e serviços em que Portugal é competitivo. A abertura a investimentos bilaterais e multilaterais poderá continuar a ser uma realidade e uma oportunidade a agarrar, se não outros Estados o farão. Portugal almeja-se como uma plataforma de negócios entre todos estes mercados e países terceiros.

CONCLUSÃO

A CPLP foi criada no dia 17 de Julho de 1996 pela vontade expressa de sete dos actuais Estados-membros. Timor-Leste aderiu após a sua independência da Indonésia, em 2002.

A Comunidade centra a sua acção em três pilares: I) concertação político-diplomática; II) cooperação multiforme entre os Estados-Membros; III) promoção e difusão da língua portuguesa. Paralelamente, cada Estado-membro frui de interesses e prioridades diferentes consoante as suas necessidades e diferentes níveis de desenvolvimento.

A cooperação internacional é uma vantagem comparativa de mercado. A geopolítica da língua portuguesa afirmar-se internacionalmente com base no *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, que só falta ser ratificado por Moçambique e por Angola. E a CPLP poderá enfim centrar as atenções dos países lusófonos que entretanto se integraram ou aproximaram de espaços linguísticos alternativos.

A adesão a blocos regionais compreende-se enquanto resposta às exigências da economia global; diversifica a carteira de investimentos a países que não se deixam limitar pela geografia e que abrem as portas a espaços económicos diferentes para vencer dificuldades estruturais ou conjunturais, sobreviver ou consolidar a sua pujança no xadrez regional em que se inserem.

Curiosamente, a presença da CPLP e dos seus Estados-membros em diferentes palcos internacionais enriquece a experiência da CPLP, ao partilhar sinergias fundamentais com outras organizações internacionais, e incrementar o seu poder de intervenção fora do espaço estritamente lusófono. O que abre um rol de possibilidades para o todo, em função das partes.

Para continuar a atrair o interesse dos países que a constituem, a CPLP tem procurado investir numa crescente cooperação económica, recentemente através da criação da *Confederação Empresarial da CPLP*, que aprimora o projecto anterior (o *Conselho Empresarial da CPLP*). O seu objectivo é reforçar o diálogo e a cooperação empresarial entre os Estados-membros, e criar condições legislativas mais favoráveis ao comércio, ao investimento e à mobilidade dos agentes económicos.

Neste processo, o papel da sociedade civil é fundamental na dinamização da CPLP, e os cidadãos e suas associações têm correspondido ao apelo. A realidade ainda não é a ideal, com alguma falta de coordenação entre agentes económicos e a instituição, mas a tendência é favorável, com a criação previsível de redes de informação e de contactos entre agentes económicos através da *Confederação Empresarial da CPLP*.

A dinâmica do tecido empresarial é uma componente importante da sociedade civil, que se sente atraída por ambientes de negócios pacíficos e competitivos, nos quais as relações entre povos sejam salutares e a comunicação seja facilitada.

No espaço económico da Lusofonia, a língua comum tem sido uma boa aliada nas negociações, na intensidade dos fluxos de comércio e de IDE. Os Estados-membros da CPLP têm investido em várias reformas para facilitar a realização de negócios e agilizar

a burocracia. Em contrapartida, os IDH são muito heterogéneos e os níveis de corrupção não são baixos.

Uma análise macroeconómica com base no PIB real permitiu provar que as taxas de crescimento entre países são dissemelhantes e que Portugal é o país lusófono que regista piores taxas de crescimento nos últimos anos. Angola destaca-se, com taxas de crescimento que chegaram a atingir os 20%.

A pujança de Angola é sectorial e depende em grande medida das receitas petrolíferas (e diamantíferas). O crescimento da economia brasileira deve-se a uma mudança de paradigma de abertura de mercado e de privatizações, que remonta à década de 80, e que agora gera efeitos favoráveis e consolida resultados.

Os PALOP e o Brasil continuam a ter pouco peso nas trocas comerciais totais de Portugal, tanto ao nível das exportações como das importações. A soma das exportações portuguesas para Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, e São Tomé e Príncipe representavam cerca de 3,4% do total em 1999, percentagem que cresceu para 9,1% em 2009.

A soma das importações portuguesas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, e São Tomé e Príncipe, no período em consideração, passaram de 1,5% no ano de 1999, para 2,7% das importações totais portuguesas em 2009.

Os valores justificam-se em função da descontinuidade geográfica do espaço lusófono, na atractividade regional e na competitividade mundial. A língua comum é um dos factores de aproximação entre mercados mas não é o bastante para contrariar factores onerosos, tais como os custos de transporte – fruto da distância.

Ainda assim, mercados como Angola, Brasil e Moçambique são bons clientes e fornecedores dos bens serviços lusos e as expectativas futuras sobre estes mercados são risonhas, com efeitos previsíveis no médio e longo prazo, também em função da diplomacia económica realizada nos últimos anos entre os representantes estaduais de parte a parte.

No grupo dos países lusófonos, que é alvo de análise neste trabalho, o Brasil é líder destacado no IDE em Portugal, ainda que os valores tenham decrescido significativamente em anos como 2005 e 2007.

Em contrapartida, os investidores portugueses também concentravam atenções no Brasil. Desde 1996, tornou-se um mercado muito atraente, depois sofreu um período intermédio em que o IDPE no mercado brasileiro abrandou, com fases fortes de desinvestimento. Até porque a partir de 1999, Portugal passou a diversificar a sua carteira de IDPE, redireccionando parte dos seus investimentos para os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), com 2% a 3% do total. Mas em 2009, o interesse pelo mercado brasileiro voltou.

Se Angola recebia 93 258 milhões de euros de Portugal em 1999, em 2009 já auferia 557 430 milhões de euros. A subida é assinalável e justifica-se em função do dinamismo, competitividade e atractividade do referido mercado africano em paz desde 2002.

Moçambique tornou-se outro mercado de eleição para os investidores portugueses, mormente desde 2007, e prevê-se que a tendência se mantenha. Neste momento, Moçambique é o segundo principal destino de investimento português nos PALOP.

Em relação às perspectivas futuras, qual o caminho que se avizinha? Angola assumiu a presidência rotativa da CPLP na VIII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo em Julho de 2010, sob o lema: *A Solidariedade na Diversidade no espaço da CPLP*. O desígnio que traçou para os próximos dois anos assenta na necessidade comunitária de aprofundamento da solidariedade e do diálogo intercultural, na afirmação da diversidade cultural e do multilinguismo.

A cooperação económica continuará a ser uma aposta, agora que foi criada a Confederação Empresarial da CPLP. Uma questão estratégica, até para que os mercados da CPLP, no seu conjunto, sejam mais pujantes e atractivos para o investimento e para o comércio internacional no futuro.

Este trabalho lança algumas propostas para ajudar a impulsionar a cooperação económica na CPLP, tais como a necessidade de investir na mobilidade dos cidadãos no espaço lusófono, resolvendo mormente a questão dos vistos (que é especialmente pertinente no caso de Angola). Continuar a apostar no apoio à internacionalização do tecido empresarial, na responsabilidade social, no empreendimento e nas parcerias estratégicas. O objectivo é aumentar a competitividade de mercado, por um lado, e a solidariedade por outro.

Os meios de comunicação continuam a ser uma forma privilegiada de passar a mensagem e de chegar às populações de todas as idades. É especialmente relevante desenvolver as redes de partilha de informação entre agentes económicos individuais ou colectivos da Lusofonia. A CPLP só tem a ganhar em projectar-se internacionalmente e em intensificar as actividades e políticas de cooperação económica.

O peso das exportações de Portugal para os PALOP e para o Brasil continua reduzido nos primeiro meses de 2010. Mas do ponto de vista das perspectivas futuras da CPLP, o triângulo estratégico e comercial constituído por Portugal/Brasil/Angola, é central para a Lusofonia e continuará a sê-lo no futuro próximo.

Com base nos dados apurados, o Brasil persevera enquanto principal investidor lusófono em Portugal. Os valores do IDPE no Brasil demonstram que os empresários lusos continuam interessados no mercado brasileiro. Os investimentos angolanos afirmam-se gradualmente em solo nacional mas os valores do seu desinvestimento também foram uma evidência no primeiro semestre de 2010. Moçambique continua a atrair IDPE português e, a manter-se a paz social e política, as perspectivas são de consolidação desse investimento.

BIBLIOGRAFIA

- AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL (2010a). Comércio Internacional Português de bens e Serviços 1996-2009. *AICEP Portugal Global On-line*, Estatísticas, Livraria Digital, 02 de Junho. URL: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx>
- AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL (2010b). Fluxos de Investimento Directo de Portugal com o Exterior (IDE) por países de Origem 1996-2009. *AICEP Portugal Global On-line*, Estatísticas, Livraria Digital, 22 de Março. URL: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx>
- AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL (2010c). Fluxos de Investimento Directo de Portugal com o Exterior (IDPE) por países de Destino 1996-2009. *AICEP Portugal Global On-line*, Estatísticas, Livraria Digital, 22 de Março. URL: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx>
- AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL (2010d). Fluxos de Investimento Directo de Portugal com o Exterior por países 2010 (Janeiro a Junho). *AICEP Portugal Global On-line*, Estatísticas, Livraria Digital, 01 de Setembro. URL: < http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx>
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2006). Artº 3, *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005 e Bissau/2006*. CPLP Estatutos, Organização, pp. 1-15. URL: <www.cplp.org>
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2010a). Comunicado Final – VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *CPLP – Notícias*, Comunicação e Informação, 23 Julho. URL: < http://www.cplp.org/ >
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2010b). Declaração sobre a Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP. *XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, 22 Julho, Luanda, pp. 1-3. URL: < http://www.cplp.org/>
- DUNNING, John H. (1993). *Multinational Enterprises and the Global Economy*. Workingham: Addison-Wesley; pp. 62-63.
- ENNES FERREIRA, Manuel e ALMAS, Rui (1997). Les Contours Économiques de la CPLP. *Lusotopie*, Éditions L'Harmattan, pp. 11-34.
- GARCIA LEANDRO, José E. (1998). A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *In* AAVV (1999), *Seminário: A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena Lda. e Instituto de Altos Estudos Militares, pp. 15-17.
- GASPAR DA SILVA, Luís (1998). As Visões, os Valores e os Interesses. As Perspectivas Nacionais. *In* AAVV (1999), *Seminário: A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena Lda. e Instituto de Altos Estudos Militares, pp. 61-75.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2010a). Exportações (€) de bens por Local de destino e Tipo de bens (CGCE). INE, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens, 04 de Setembro. URL: <http://www.ine.pt >

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2010b). Importações (€) de bens por Local de destino e Tipo de bens (CGCE). INE, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens, 04 de Setembro. URL: <http://www.ine.pt >
- INTERNATIONAL MONETARY FOUND (2009). World Economic Outlook Report. *World Economic and Financial Surveys*, WEO Data, October. URL: < http://www.imf.org/ >
- NAVEGA, João (2007). Análise SWOT – Reunião com a CPLP. *Arquivos da CPLP*, 24 de Outubro, Lisboa, pp. 1-5.
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL (2009). Corruption Perceptions Index 2009. *TI – The Global Coalition Against Corruption*, Surveys and Indices, Policy Research, CPI 2009 Table. URL: <http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2009/cpi_2009_table >
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (2009). HDI Trends and Indicators (1980-2007). *Human Development Report 2009 – HDI Rankings,* Statistics, Getting and using the Data. URL: <http://hdr.undp.org/en/statistics/data/ >
- WORLD BANK and THE INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT (2009). Doing Business 2010 – Reforming Through Difficult Times – Comparing Regulation in 183 Economies. Washington D.C.: Dalgrave MacMillan, IFC and the World Bank